

CONTABILIDADE E ÉTICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Keila Fernanda Pickler¹
Joel Haroldo Baade²

Recebido em:
Aceito em:

RESUMO: A preocupação com os valores e com o comportamento das pessoas na área empresarial tem aumentado sensivelmente na última década. Muitas empresas formularam seu código de ética a fim de deixar claro aos seus colaboradores e clientes qual seria a conduta desejável na organização. Nesse contexto, cabe refletir sobre a importância do código de ética na profissão contábil. O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar comparativamente as atividades de fiscalização e aplicação de penalidades na profissão contábil e a importância do código de ética na região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Utilizou-se na pesquisa a abordagem quantitativa, visando compreender melhor o fenômeno social da fiscalização e penalização por parte dos CRC (Conselhos Regionais de Contabilidade) selecionados. Os métodos utilizados foram estudo de caso comparado combinado com a pesquisa documental. Como principais resultados, pode-se observar que, comparativamente, o estado do Rio Grande do Sul obteve o menor número de infrações em relação ao Paraná e a Santa Catarina no decorrer dos cinco anos analisados, 2011 a 2015.

ACCOUNTING AND ETHICS IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL: THE IMPORTANCE OF THE CODE OF ETHICS IN THE ACCOUNTING PROFESSION

ABSTRACT: The concern with the values and behavior of people in the business area has increased significantly in the last decade. Many companies have formulated their code of ethics to make it clear to their employees and customers what would be the desirable conduct in the organization. In this context, it is worth reflecting on the importance of the code of ethics in the accounting profession. The general objective of this research was to analyze comparatively the activities of inspection and application of penalties in the accounting profession and the importance of the code of ethics in the southern region of Brazil (Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul). The quantitative approach was used in the research, in order to better understand the social phenomenon of inspection and penalties by the selected CRC (Regional Accounting

¹ Especialista em Controladoria e Finanças. Contadora. Contínua Contabilidade. E-mail: keila_pickler@hotmail.com.

² Doutor. Docente nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Coordenador do Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). E-mail: baadejoel@gmail.com.

Councils). The methods used were a comparative case study combined with documentary research. As main results, it can be observed that, comparatively, the state of Rio Grande do Sul obtained the lowest number of infractions compared to Paraná and Santa Catarina during the five years analyzed, 2011 to 2015.

Keywords: Applied ethics. Code of ethics. Accounting. Southern Brazil.

Palavras-chave: Ética aplicada. Código de Ética. Contabilidade. Sul do Brasil.

INTRODUÇÃO

Diante de vários desafios que a sociedade vem enfrentando, a ética vem se tornando um assunto primordial nos dias de hoje. Ela ganha um valor especial na vida das pessoas que querem viver bem em sociedade, pois continua sendo indispensável para qualquer ser humano, seja ele profissional ou não (ANDRADE, 2013).

No decorrer dos anos, o profissional contábil vem ganhando cada vez mais importância no mercado de trabalho, resultando em um maior grau de responsabilidade no exercício de sua função. Com o processo de globalização, o crescimento econômico e as transações de capital, o profissional de contabilidade vem se tornando, progressivamente, um gestor de informação (ANDRADE, 2013).

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar comparativamente as atividades de fiscalização e aplicação de penalidades na profissão contábil e a importância do código de ética na região sul do Brasil, nomeadamente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para tanto, utilizou-se na pesquisa a abordagem quantitativa, visando compreender melhor o fenômeno social da fiscalização e penalização por parte dos CRC selecionados. A pesquisa priorizou a descrição, análise, interpretação e registro dos dados. O recorte espacial foi o da região sul do Brasil, mais precisamente os CRC do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O recorte temporal compreendeu o período de 2011 a 2015. Os métodos utilizados foram o estudo de caso comparado combinado com a pesquisa documental.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

ÉTICA

A ética se faz absolutamente necessária na relação entre pessoas, na estrutura de uma família, no relacionamento dentro de uma sociedade religiosa, esportiva, cultural ou qualquer outra. A convivência em sociedade faz com que diariamente as

peças se deparem com um grande número de relacionamentos, sendo de natureza individual ou coletiva, todos vão em busca de determinados objetivos. A ética está relacionada a um ramo da filosofia, que reflete sobre o que é realmente bom ou mal, certo ou errado (LISBOA, 2012).

A ética sigo é entendida como a ciência da conduta humana diante do ser humano e seus semelhantes (SÁ, 2013). Lisboa (2012) afirma que não há sociedade que cresça firme e forte por muito tempo, que se mantenha consistente, oferecendo bem-estar social a seus membros, nem profissão que permaneça no mercado com honestidade, sem que a ética esteja presente. Esta serve como um alicerce para o comportamento humano e garante o bom convívio na sociedade e na profissão. O estudo e a prática da ética precisam receber maior atenção na educação e formação de qualquer estudante.

Segundo Vieira (2006), a ética é indispensável ao profissional, porque, na ação humana, o fazer e o agir estão interligados. O fazer está ligado à competência, à eficiência que o profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir diz respeito à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no decorrer da sua profissão. Ético é todo profissional que leva como meta em sua vida o prazer de realizar as coisas, sentir-se íntegro e pleno da alegria de viver.

ÉTICA E MORAL

A ética e a moral possuem significados semelhantes e muito próximos um do outro. O termo ética tem origem grega, enquanto moral tem origem latina. Ambos têm conteúdos vizinhos, que seriam os costumes, hábitos e os modos de agir (RUSS, 1999).

É comum as pessoas acharem que ética e moral são a mesma coisa, porém elas apresentam conceitos distintos. A ética é um tipo de postura e se refere a um modo de ser, à natureza da ação, a forma como o ser humano age diante de determinada situação. A moral, por sua vez, é aquilo que se consolidou como sendo verdadeiro do ponto de vista da ação, é fruto do padrão cultural. Ela incorpora as regras eleitas como necessárias ao convívio entre os membros da sociedade (CUNHA, 2016).

ÉTICA APLICADA

A ética profissional pode ser considerada como deontologia, que seria a compreensão dos conceitos básicos do direito e do dever (LISBOA, 2012). Segundo Vieira (2006), o conceito de ética profissional vem se aperfeiçoando e mudando em função das várias realidades mercadológicas percebidas, entre elas a crescente conscientização e as exigências dos consumidores em relação aos serviços prestados em função de satisfazerem totalmente os seus desejos e suas necessidades.

Atualmente a ética profissional tem como seu foco os clientes. É uma maneira de ver e abordar as oportunidades e ameaças que vem surgindo no mercado, visando sempre atender e satisfazer cada vez mais e melhor as necessidades dos clientes, com maior rentabilidade, transparência e segurança para a empresa (VIEIRA, 2006).

A ética profissional refere-se à prestação de serviços de acordo com o que é certo fazer, buscando sempre a melhor maneira de agir sobre determinado problema para que em ambas as partes nenhuma saia prejudicada, sendo que, independente da área de atuação, o profissional deve buscar conhecimento do código de ética da sua respectiva função (VIEIRA, 2006).

ÉTICA E A CONTABILIDADE NO BRASIL

No início da história da humanidade, a contabilidade era usada apenas para medir e avaliar a evolução do patrimônio das entidades, logo depois quando surgiram as primeiras organizações econômicas, o conhecimento prático e as diferentes formas de usar a informação auxiliavam o ser humano em suas atividades (VIEIRA, 2006).

A profissão do contador foi regulamentada pelo Diário Oficial da União em 30 de junho de 1931, mas somente em 1945 ela foi considerada uma carreira universitária. Logo, em 1946, foram criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, com o intuito de regulamentar as normas e os atos da profissão, servindo também como uma forma de representar os profissionais da área (ANTONOVZ, 2011).

Pode-se dizer que a profissão de contador, desde que foi regulamentada, só vem crescendo, se tornando cada vez mais essencial em todo o mundo. O profissional contábil ganhou um certo valor na sociedade, haja vista que seu cargo é realmente importante para atender as necessidades de uma empresa, principalmente no que se refere às tomadas de decisões (LISBOA, 2012).

A contabilidade tem passado pelo desafio que é o de gerar informações de qualidade em um mundo globalizado, dinâmico e na necessidade de trazer essas informações em tempo hábil. Hoje, mais do que avaliar, a função do profissional da contabilidade é fundamental na hora da tomada de decisão, do planejamento e do controle de uma entidade (VIEIRA, 2006).

Assim como em qualquer outra profissão, a função do contador não pode ser executada sem ética, porque não há nada mais prazeroso do que agir com ética e sentir o gosto de dever cumprido ao longo da jornada de trabalho (LISBOA, 2012).

TRAJETÓRIA DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Em 1950, no V Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado na cidade de Belo Horizonte – MG, ocorreu um marco histórico no estudo e no debate do tema Código de Ética Profissional, aqui no Brasil, na área contábil. Nesta ocasião surgiu a primeira codificação de normas para orientar a conduta ética dos Técnicos em Contabilidade e Contadores brasileiros (BREDA, 2009).

Já em 1970, o Conselho Federal de Contabilidade, atendendo à determinação expressa no art. 10 do Decreto-Lei nº 1.040-69, aprovou mediante a Resolução nº 290, o Código de Ética Profissional do Contabilista que, por vinte e seis anos, orientou como deveria ser a conduta dos profissionais da Contabilidade no exercício de suas atividades. Assim, em 1996, o CFC editou a Resolução nº 803, aprovando o vigente Código de Ética (BREDA, 2009).

O Código de Ética Profissional da Contabilidade tem o intuito de normatizar e disciplinar a maneira ética pela qual devem proceder os profissionais da contabilidade no exercício profissional (CRC, 2016).

O CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

O código de ética profissional tem como objetivo a formação da consciência profissional sobre padrões de conduta. Normalmente contém princípios éticos gerais, assim como regras sobre problemas que surgem em determinado momento na prática da profissão (LISBOA, 2012).

Segundo Antonovz (2011), embora na legislação brasileira não exista um fator restritivo em relação ao cumprimento de códigos de ética, cada profissão estabelece e segue o seu próprio código. Estes códigos são formados por um conjunto de regras

que regulamentam o exercício de cada função e podem, assim, impor e inibir certas práticas, além de aplicar penalidades aos profissionais que descumprirem as regras.

Um ponto importante para se aderir a um código de ética é que nele estão presentes as principais formas para solucionar os problemas profissionais. Eles acontecem diariamente, na prática de cada função profissional, e o código de ética mostra o que é permitido e o que é proibido fazer para a resolução dos problemas. Cabe ao profissional decidir o que cabe fazer diante dos problemas profissionais, tendo como referência o código de ética (ANTONOVZ, 2011).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem de dados, a pesquisa foi quantitativa. Para Richardson (1999, p.29), “o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. No caso desta pesquisa, os dados utilizados foram os disponibilizados nos relatórios anuais dos três CRC analisados.

Essa pesquisa pode ser caracterizada, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva. A pesquisa descrita pode ser conceituada como um estudo no qual não pode haver interferência do pesquisador, ele apenas vai descrever, analisar, interpretar e registrar os dados. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2010).

A população teve como recorte espacial os três estados do Sul do Brasil (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Dos três estados do sul do Brasil o recorte dos profissionais contábeis registrados nos respectivos CRC. O recorte temporal compreende os anos de 2011 a 2015. Este recorte foi definido cruzando os relatórios anuais dos três CRC. No site do CRCPR não havia informações sobre os registros de todo o período e o detalhamento das penalidades do ano de 2015. Foi feito um contato telefônico e as informações foram enviadas por correio eletrônico.

Os métodos utilizados para a realização da pesquisa foram o estudo de caso comparado combinado com pesquisa documental, métodos convergentes para a consecução dos objetivos da pesquisa. O estudo compreendeu a descrição dos CRC do Sul do Brasil, evolução dos registros, fiscalização e penalidades no período de 2011 a 2015, mediante análise dos relatórios anuais dos CRC. A intenção inicial foi a

de fazer uma análise comparativa mais detalhada, mas não havia uma padronização na apresentação das informações nos relatórios anuais.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

PROFISSIONAIS REGISTRADOS NO CRC DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

Santa Catarina, segundo IBGE (2016), tem uma área total de 95.737,895km², e sua população em 2010 era de 6.248.436 habitantes e para 2016 teve uma população estimada em 6.910.553 habitantes. O Rio Grande do Sul possui uma área total de 281.737,947km², com uma população de 10.693.929 habitantes em 2010 e uma população estimada para 2016 de 11.286.500 habitantes. Já no Paraná, a área total é de 199.307,985km², com população, em 2010, de 10.444.526 habitantes e uma população estimada, em 2016, de 11.242.720 habitantes.

Conforme Tabela 1, pode-se observar em números o total de profissionais contadores e técnicos em contabilidade nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de 2011 a 2015. Vale lembrar que no total de cada ano estão somados os contadores e técnicos em contabilidade.

É importante destacar que, conforme a Lei nº 12.249/2010, após o dia 1 de junho de 2015, o CFC e os Conselhos Regionais não realizaram mais o registro na categoria técnico em contabilidade, porém, vale ressaltar que não foi extinta a categoria de técnico em contabilidade e sim a possibilidade de registro junto ao Conselho, ou seja, aqueles que tiverem seu registro no CRC como técnico em contabilidade até a 1 de junho de 2015, terão assegurado o seu direito ao exercício da profissão. Posterior a esta data não será mais realizado o registro como técnico em contabilidade (CRCSC, 2015).

Tabela 1: Registros ativos, técnicos e contadores, CRC na região sul do Brasil, 2011 a 2015

ANO	ESTADO		
	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
2011	30.998	37.619	19.688
2012	30.996	36.990	19.550
2013	31.193	37.588	19.907
2014	32.057	38.446	20.592
2015	33.250	40.613	21.191

Fonte: CRCPR 2012; 2013; 2014; 2015; 2016. CRCRS 2012; 2013; 2014; 2015; 2016. CRCSC 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Pode-se observar que de um estado para o outro há uma grande diferença no total de registros ativos no Conselho Regional de Contabilidade, Santa Catarina

apresenta o menor número de registros ativos e, isso pode se dar por conta da diferença no número de habitantes em relação aos outros dois estados e, conseqüentemente acaba sendo menor no número de profissionais contábeis atuantes.

Com base nos dados relatados na Tabela 1, verifica-se que o Rio Grande do Sul possui maior número de registros ativos no CRC, talvez por ser o estado com maior população da região sul do Brasil, apresentando em seu total de registros ativos um total de 40.613 para o final do ano de 2015. Santa Catarina apresenta 21.191 registros ativos até o ano de 2015, o menor número se comparado com o total de 2015 entre os outros estados, isso se dá pelo fato de ser o menor estado do sul. Já o Paraná apresenta número de registros intermediário, entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, apresentando um total de 33.250 registros ativos até 2015.

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Neste subitem apresentam-se as atividades de fiscalização de cada um dos CRC.

Paraná

A área de fiscalização é responsável pelo direcionamento das diretrizes e políticas da fiscalização e também pelo controle de ações desenvolvidas pelo Sistema CFC/CRC. O CFC intensificou as suas ações na Fiscalização Ostensiva que visa coibir o exercício ilegal da profissão e a Fiscalização Preventiva que tem a função de promover treinamentos, educação continuada, aprimoramentos e melhorias para os profissionais da área contábil. Com isto, se obteve um reflexo positivo, diminuindo o número de diligências, de processos abertos e de notificações emitidas (CRCPR, 2012).

O número de autos e de notificações lavrados não leva necessariamente à instauração de um processo administrativo, mas, muitas vezes, revelam casos que em sua maior parte se regularizam a partir da orientação dos fiscais. Os processos abertos vêm através de denúncias e fatos não regularizados, os quais terminam em punição ética e disciplinar (CRCPR, 2014).

Na Tabela 2 observa-se que o número de profissionais suspensos não é alto e no decorrer dos cinco anos analisados teve uma queda significativa, isso porque todo

o trabalho da fiscalização é desenvolvido com o objetivo de reduzir ao mínimo as irregularidades e minimizar as punições (CRCPR, 2014).

Na Tabela 2 não foi possível obter os dados referentes ao ano de 2015, mas em relação aos anos de 2011 a 2014, pode-se notar que o total de autos de infrações lavrados decaiu no decorrer dos anos chegando a um total, em 2014, de 646, um índice bem pequeno se comparado com o ano de 2011. Em contrapartida, o número de infrações cometidas em 2011 foi de 2.191, decaindo em 2012 e 2013 e voltando a crescer em 2014, com 2.250 infrações, superando o ano de 2011.

Tabela 2: Série histórica das atividades de fiscalização CRCPR, 2011 a 2015

Documentos Expedidos pela Fiscalização	2011	2012	2013	2014	2015
Total de Autos de Infração Lavrados	1594	768	685	646	
Total de Infrações Cometidas	2191	1136	1014	2250	
Total de Notificações Lavradas	126	1436	1540	1509	
Total de Processos Abertos	271	606	606		
Profissionais Suspensos	54	16	9	7	9

Fonte: CRCPR (2012; 2013; 2014; 2015; 2016).

Comparativamente no intervalo de 2011 a 2015, o total de autos de infração lavrados e profissionais suspensos diminuiu e o total de infrações cometidas, notificações lavradas e processos abertos tem aumentado. O número de processos abertos tem se mantido estável, bem como o número de documentos expedidos pela fiscalização.

Em relação às infrações cometidas (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) no período de 2011 a 2015, não manter a escrituração contábil regular é a infração mais comum entre os profissionais da área contábil, nota-se que no ano de 2012 e 2013 tiveram um menor número se comparado com 2011, 2014 e 2015.

O CRCPR busca detalhar de uma forma bem sintética todas as infrações cometidas, pode-se observar os detalhes apresentados na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e em relação a 2015, assim como na Tabela 2, também não foi possível ter acesso aos dados. Pode-se observar como infrações de maior destaque: o número de profissionais sem registro que de 2011 com 86 passou a ser 196 no ano de 2014. Da mesma forma, a infração de manter funcionário inabilitado também cresceu se comparada a 2011, chegando em 2014 com o número de 135.

Tabela 3: Série histórica das penalidades do CRCPR, 2011 a 2015

Infrações cometidas	2011	2012	2013	2014	2015*
Não manter a escrituração contábil regular	663	324	292	629	-

Ausência do Comunicado Formal (Obrigatoriedade de Registro de Livros)	309	154	72	312	-
Fornecer DECORE Inidônea	257	125	226	-	-
Deixar de averbar alterações cont. – Soc. E Cont. e /ou CAD Irreg. (Emp./Sóc.)	238	35	18	80	-
Sem RCI e /ou RCI Baixado e Sem CAD Esc. Individual	213	43	11	-	-
Manter funcionário inabilitado (sem registro; reg. Baixado; suspenso)	88	44	32	135	-
Sem registro profissional	86	37	28	196	-
Omissão e/ou Erro na Identificação Profissional (falta nº de reg. Categoria)	81	62	27	-	-
Sem registro cadastral - CAD (empresas/sócios)	59	74	46	59	-
Empresário individual sem Possuir Cadastro de Esc. Junto ao CRC PR	45	42	19	25	-
Outras Infrações	152	196	2	7	-
Total Geral	2191	1136	1014	2250	-

Fonte: CRCPR 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

* Não foram encontradas informações para o referido ano.

O CRCPR possui duas câmaras responsáveis pelos julgamentos de processos contra profissionais, organizações contábeis, leigos e empresas em geral e os processos éticos contra profissionais da contabilidade ficam sob responsabilidade da Câmara de Ética e Disciplina. Toda a equipe é treinada constantemente, com participação em eventos culturais e na realização de cursos específicos de reciclagem (CRCPR, 2013).

A principal preocupação da fiscalização é antes orientar e educar os profissionais que cometem irregularidades, que são primeiramente notificados e só depois autuados. Os fiscais buscam por meio de suas tarefas demonstrar a importância do cumprimento das normas estabelecidas pelo CFC e da valorização da profissão, e quando determinadas normas não são seguidas, medidas mais rígidas são tomadas para garantir a proteção da classe contábil e a sociedade (CRCPR, 2015).

Rio Grande do Sul

Os Conselhos são autarquias federais que têm como finalidade a organização e a disciplina ao exercício da atividade profissional, sendo que uma das suas principais funções é a fiscalização. Essa ação se dá em relação ao profissional que executa suas atividades contábeis, assim como também na empresa que ele integra. O objetivo maior é zelar pela ética e qualidade nos serviços prestados, seguindo seus padrões legais e técnicos (CRCRS, 2013).

Em 2015, o CRCRS implantou o sistema de Fiscalização Eletrônica, através do Sistema CFC/CRC, que veio com o objetivo de racionalizar e agilizar os procedimentos, utilizando da tecnologia para aprimorar e ampliar a fiscalização (CRCRS, 2016).

Conforme Tabela 4, pode-se notar que o número de diligências efetuadas teve uma queda significativa se comparada a 2011, com 35.149, chegando em 2015 a 4.207 ocorrências. Os autos de infração lavrados no decorrer de 2011, 2012 e 2013 permaneceu praticamente no mesmo número. Já nos anos de 2014 e 2015, pode-se perceber uma grande queda chegando a 300, em 2014, e, em 2015, a 166. O número de processos também no decorrer dos cinco anos diminuiu. As denúncias se mantiveram com pouca diferença de um ano para o outro. Já em relação aos municípios visitados por representantes do CRC, pode-se perceber que a busca por cada vez abranger mais cidades com a fiscalização é grande, pois de 193 municípios visitados em 2011, passou-se à visita de 428 municípios em 2014.

Na Tabela 4, pode-se observar a série histórica das atividades de fiscalização do CRCRS, referente aos anos de 2011 a 2015. Apresenta-se em números os totais de diligências efetuadas, autos de infrações lavrados, notificações lavradas, municípios visitados, denúncias recebidas, processos instaurados, processos julgados, processos reapreciados e processos encaminhados ao CFC.

Tabela 4: Série histórica das atividades de fiscalização CRCRS, 2011 a 2015

Atividades	2011	2012	2013	2014	2015
Diligências efetuadas	35.149	21.566	24.025	18.555	4.207
Autos de infração lavrados	598	595	560	300	166
Notificações lavradas	257	109	254	305	398
Municípios visitados	193	308	294	428	
Denúncias recebidas	138	171	175	129	125
Processos instaurados	598	595	560	300	166
Processos julgados	548	673	623	475	390
Processos reapreciados	126	106	110	69	88
Processos encaminhados ao CFC	140	59	43	89	74

Fonte: CRCRS 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Na Tabela 5, pode-se observar em relação às multas que há uma grande oscilação de um ano para o outro. De 346 multas em 2011, houve aumento para 442 em 2012, caindo este número para 152 em 2013, com novo aumento em 2014, chegando em 2015 a 239 penalizações. O arquivamento de processos diminuiu se comparados os cinco anos, pois de 151 em 2011 passou a ser apenas de 83 em 2015.

Já as suspensões temporárias vieram a crescer no decorrer dos cinco anos, sendo que em 2011 foram 34, passando em 2012 para 47, subindo em 2013 para 60 e 65 em 2014. Em 2015, observa-se uma queda significativa das suspensões, finalizando o ano com 45. O número de censuras públicas e reservadas aumentou de 2011 a 2015 e as advertências diminuíram.

Tabela 5: Série histórica das penalidades do CRCRS, 2011 a 2015

APROVADAS	2011	2012	2013	2014	2015
Multas	346	442	152	302	239
Arquivamentos de processos	151	215	152	93	83
Suspensões Temporárias	34	47	60	65	45
Censuras Públicas e Reservadas	79	99	143	134	85
Advertências Aplicadas	292	390	266	227	206
Cassações			14	11	6

Fonte: CRCRS 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Com o objetivo de orientar os profissionais sobre os novos procedimentos adotados pela fiscalização do CRCRS, a entidade iniciou, em maio de 2015, os Fóruns de Esclarecimentos das Atividades de Fiscalização. Esta iniciativa abrangeu todas as delegacias regionais do CRCRS. No ano de 2015, foram realizados 43 fóruns, nos quais estiveram presentes 1.371 profissionais de contabilidade, que buscavam por orientações e esclarecimentos sobre a gestão e a prevenção de riscos no exercício da profissão (CRCRS, 2016).

Santa Catarina

Por definição das políticas de fiscalização, os fiscais realizam diligências sistemáticas, a fim de proteger a sociedade e os próprios profissionais da contabilidade da ação de leigos e pessoas não habilitadas, evitando possíveis danos ou prejuízos. O CRCSC possui uma equipe de fiscais que atua por todo o estado, realizando uma fiscalização preventiva e orientando os profissionais sobre padrões éticos que norteiam a atividade (CRCSC, 2015).

A fiscalização é uma das principais atribuições do Conselho, e com isso vem intensificando seu trabalho pelo estado. Em 2012, chegou ao número de 38.917 diligências, enquanto em 2011 foram apenas 22.617. Conforme Tabela 6, o número de diligência no decorrer dos cinco anos, 2011 a 2015, teve uma variação grande, aumentando em 2013 se comparado com o ano de 2012 e diminuindo se comparado com 2014, chegando em 2015 com um número bastante significativo com apenas 1.573.

Vale salientar que, o número de diligências chegou em 2015 a 1.573 pelo fato de que neste ano o CRCSC implantou um sistema de fiscalização eletrônica, que começou a ser utilizado a partir de janeiro de 2015. Este sistema foi criado pelo CFC e passou a ser usado a partir desta data por todo o Brasil. Este sistema foi implantando com o objetivo de racionalizar e agilizar os procedimentos de fiscalização, utilizando a tecnologia da informação para aprimorar as atividades ligadas a essa área. No decorrer do ano de 2015, fez-se aprimoramentos no sistema e na forma de análise das informações (CRCSC, 2016).

Em relação ao número de cidades visitadas, pode-se observar que, em relação a 2011, o CRCSC buscou cada vez mais aumentar este número. Analisando os cinco anos, de 140 cidades visitadas em 2011, este número passou para 195 em 2015, buscando sempre a conscientização do profissional, dando a ele a informação e predominando a fiscalização (Tabela 6).

Houve uma queda no número de autos de infração em 2012, conforme se observa na Tabela 6, mas em contrapartida houve um aumento de notificações que chegaram a 1.317 em 2012, sendo que em 2011 foram apenas 699. Nos outros anos, o número de auto infração voltaram a crescer, e as notificações também aumentaram em relação ao ano de 2011.

Tabela 6: Série histórica das atividades de fiscalização CRCSC, 2011 a 2015

Atividades	2011	2012	2013	2014	2015
Diligências	22.617	38.917	46.817	42.891	1.573
Total de cidades visitadas	140	232	158	170	195
Média de Diligências/Cidades	188	167	296	252	15
Total de Visitas a delegacias	8	37	40	40	14
Denúncias recebidas	99	87	119	120	83
Notificações	699	1.317	1.669	1.618	1.000
Auto de Infração	501	483	643	776	746

Fonte: CRCSC 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Em relação às penalidades, pode-se observar nos dados da Tabela 7 que o número de processos abertos aumentou no decorrer dos cinco anos, assim como o número de processos encaminhados ao Conselho Federal de Contabilidade. Os processos julgados também aumentaram em relação a 2011.

Na Tabela 7, o número de atividades arquivadas e em diligência se manteve estável no decorrer dos cinco anos. Destacam-se as atividades com penalidades que, em contra partida, tiveram um grande aumento, chegando a ser mais que o dobro se comparado com o ano de 2011, com o total de 245, chegando a 559 em 2015. As

advertências e censuras apresentaram números baixos no decorrer dos cinco anos. E, em relação às multas e suspensões, pode-se observar que são apresentadas por algumas categorias, dando maior enfoque para multas e advertências reservadas, categoria que apresentou maior número. Durante os cinco anos, as advertências reservadas aumentaram em relação às suspensões, pois todas as demais apresentaram números baixos sem nenhum destaque maior.

Tabela 7: Série histórica das penalidades do CRCSC, 2011 a 2015

ATIVIDADES	2011	2012	2013	2014	2015
Processos Abertos	501	483	643	776	746
Processos encaminhados a CFC em fase de recurso	25	56	59	105	100
Processo julgado pelas Câmaras no ano	453	581	705	816	773
Arquivados	162	190	238	182	180
Em diligência	46	42	34	23	34
Com penalidades	245	350	433	611	559
Advertência Reservada	9	4	13	21	14
Censura Reservada	2	1	3	7	9
Censura Pública	0	0			
Suspensão	1	0			
Multa	43	27	23	52	33
Multa e Advertência Reservada	101	174	269	387	354
Multa e Sensura Reservada	57	79	84	93	102
Multa e Sensura Pública	0	0			
Suspensão e Advertência	15	25	22	13	16
Suspensão e Censura Reservada	17	25	19	32	23
Suspensão e Censura Pública	0	1	0	1	

Fonte: CRCSC 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

O CRCSC possui duas Câmaras que julgam os processos abertos pela equipe de fiscais: a Câmara de Fiscalização, que analisa aqueles que têm como foco os leigos e as empresas, e a Câmara de Ética e Disciplina, que verifica os processos em relação aos contabilistas. Todos os processos que são julgados pelo Conselho Regional são passíveis de recurso junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CRCSC, 2012).

Há também uma Câmara de Recursos de Ética e Disciplina que fica responsável por analisar os pedidos de revisão feitos pelos contabilistas quando estes se sentem insatisfeitos com alguma decisão proferida pela Câmara de Ética e Disciplina (CRCSC, 2012).

COMPARAÇÕES ENTRE OS CRCS

Neste subitem é realizado uma comparação, juntando os CRCs do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina para identificar qual estado apresenta maior

porcentagem de infrações equivalentes ao total de profissionais registrados, esta análise será feita ano a ano, cada tabela representará um ano.

Na Tabela 8 que, se refere ao ano de 2011, identifica-se que, entre os três, o CRC que mais apresentou infrações em relação ao número de registros ativos naquele ano foi o CRC do Paraná. Este apresentou 5,14% de infrações considerando o número total de registros, deixando o CRC de Santa Catarina em segundo com 2,54% e por último o CRC do Rio Grande do Sul com 1,59%.

Tabela 8: Comparação entre os CRC do Sul do Brasil, 2011

CRC	2011		%
	Nº DE INFRAÇÕES	Nº DE REGISTROS	
CRCPR	1.594	30.998	5,14
CRCRS	598	37.619	1,59
CRCSC	501	19.688	2,54

Fonte: CRCPR 2011; CRCRS 2011; CRCSC 2011.

Na Tabela 9 pode-se observar esta comparação feita referente ao ano de 2012. Por pouca diferença, o CRC do Paraná apresentou mais infrações que os demais CRCs, deixando o CRC de Santa Catarina em segundo lugar, e o CRC do Rio Grande do Sul em terceiro lugar.

Tabela 9: Comparação entre os CRC do Sul do Brasil, 2012

CRC	2012		%
	Nº DE INFRAÇÕES	Nº DE REGISTROS	
CRCPR	768	30.996	2,48
CRCRS	595	36.990	1,61
CRCSC	483	19.550	2,47

Fonte: CRCPR 2012; CRCRS 2012; CRCSC 2012.

Na Tabela 10, é possível visualizar a comparação feita no ano de 2013, onde o CRC de Santa Catarina apresentou o maior índice de infrações em relação aos outros CRCs, ficando com 3,23%, Paraná com 2,20% e Rio Grande do Sul com 1,49%.

Tabela 10: Comparação entre os CRC do Sul do Brasil, 2013

CRC	2013		%
	Nº DE INFRAÇÕES	Nº DE REGISTROS	
CRCPR	685	31.193	2,20
CRCRS	560	37.588	1,49
CRCSC	643	19.907	3,23

Fonte: CRCPR 2013; CRCRS 2013; CRCSC 2013.

Na Tabela 11, referente ao ano de 2014, observa-se que o CRC de Santa Catarina novamente apresenta o maior número de infrações cometidas com 3,77%, deixando o CRC do Paraná em segundo lugar e o CRC do Rio Grande do Sul em terceiro lugar.

Tabela 11: Comparação entre os CRC do Sul do Brasil, 2014

CRC	2014		%
	Nº DE INFRAÇÕES	Nº DE REGISTROS	
CRCPR	646	32.057	2,02
CRCRS	300	38.446	0,78
CRCSC	776	20.592	3,77

Fonte: CRCPR 2014; CRCRS 2014; CRCSC 2014.

Na Tabela 12, pode-se analisar a comparação feita no ano de 2015, porém não pode ser feita uma análise comparativa dos três CRCs pelo fato de não se ter os dados referentes ao CRC do Paraná. Mas comparando o CRC do Rio Grande do Sul e o CRC de Santa Catarina, pode-se observar que, entre os dois, o CRC de Santa Catarina apresentou o maior registro de infrações no ano de 2015.

Tabela 12: Comparação entre os CRC do Sul do Brasil, 2015

CRC	2015		%
	Nº DE INFRAÇÕES	Nº DE REGISTROS	
CRCPR	-	33.250	-
CRCRS	166	40.613	0,41
CRCSC	746	21.191	3,52

Fonte: CRCPR 2015; CRCRS 2015; CRCSC 2015.

Em relação à comparação feita nas tabelas 8 a 12, pode-se concluir que, o CRC do Rio Grande do Sul apresentou durante os cinco anos analisados o menor número de infrações cometidas. Vale salientar que, mesmo sendo o maior estado do Sul do Brasil, ele conseguiu manter um percentual menor de infrações cometidas em relação ao número de registros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível perceber o quão fundamental é a ética no exercício de cada função, com ênfase na profissão do contador, seguindo o código de ética do profissional da contabilidade.

Alcançou-se o objetivo geral que era o de analisar comparativamente as atividades de fiscalização e penalidades da região sul do Brasil, destacando com isso a importância do código de ética do profissional contábil. Foram descritos os dados dos CRCs do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também se descreveu a evolução dos CRCs através do número de registros ativos somados aos técnicos em contabilidade.

Em relação à fiscalização de cada CRC, houve dificuldade na busca de dados, porque cada CRC apresentava uma forma diferente de apresentá-los, inclusive

variando de ano para ano. Por não ter um balanço socioambiental padronizado, houve dificuldade na análise comparativa. Dessa forma, foi dado como ênfase na relação entre o número de infrações em relação ao número de registros e, nesta análise, constatou-se que, embora o Rio Grande do Sul seja o maior estado do Sul e, lembrando que a análise foi feita proporcional ao número de registros para que nenhum estado fosse prejudicado em relação a sua população total, ele se destacou por manter o menor número de infrações no período de 2011 a 2015.

As infrações cometidas para o período diminuíram gradativamente, enquanto o número de registros aumentou. Em 2011, foram 2.693 e um total de 88.305 registros. Em 2015, por sua vez, o número de infrações foi de 912 (sem a informação do Paraná) para 95.054 registros.

Os resultados desta pesquisa podem ser utilizados em pesquisas que busquem relacionar, explicar e compreender por que o CRCRS tem menos infrações que os outros dois CRCs. O aumento ou a diminuição do número de infrações não é fruto do acaso. Cabe, a partir da realização de pesquisas comparativas, levantar os fatores que contribuem para este fenômeno. Pesquisas como esta podem oferecer elementos de comparação e contribuir para a interação entre os CRC e, ao mesmo tempo, a troca de experiências.

Pode-se inferir também, a partir da análise dos dados, que quanto maior o número de ações de fiscalização e orientação, conscientização, treinamento e capacitação, instala-se também uma tendência de redução do número de infrações a autuações. De modo que a formação continuada dos profissionais de contabilidade também se impõe como política aos conselhos federal e estaduais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Socorro Martins de. **A Importância das virtudes éticas no ato da profissão contábil**. 2013. Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/48180/a-importancia-das-virtudes-eticas-no-ato-da-profissao-contabil>. Acesso em: 27 ago. 2016.

ANTONOVZ, Tatiane. **Legislação e ética profissional**. São Paulo: Edipro, 2011.

BREDA, Zulmir. **Código de ética profissional**. 2009. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_etica09.PDF. Acesso em: 09 set. 2016.

CRC. **Sobre o CRCRS**. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/sobre-o-crcrs-2/>. Acesso em: 26 out. 2016.

CRC/PR. **Balço Socioambiental 2011:** Contabilidade brasileira como referêcia internacional. Disponível em:
http://www.crcpr.org.br/new/content/portal/transparencia/arquivos/demonstracoes/2016_06_24_balanco_socioambiental_2011.pdf. Acesso em: 04 dez. 2016.

CRC/PR. **Balço Socioambiental 2012:** Formação ética e responsabilidade social. Disponível em:
http://www.crcpr.org.br/new/content/portal/transparencia/arquivos/demonstracoes/2014_07_23_balanco_socioambiental_2012.pdf. Acesso em: 04 dez. 2016.

CRC/PR. **Balço Socioambiental 2013:** Estratégias para as novas gerações, resultados para toda a sociedade. Disponível em:
http://www.crcpr.org.br/new/content/portal/transparencia/arquivos/demonstracoes/2014_07_23_balanco_socioambiental_2013.pdf. Acesso em: 04 dez. 2016.

CRC/PR. **Balço Socioambiental 2014:** Contabilidade: Instrumento de proteção social. Disponível em:
http://www.crcpr.org.br/new/content/portal/transparencia/arquivos/demonstracoes/2015_08_13_balanco_socioambiental_2014.pdf. Acesso em: 04 dez. 2016.

CRC/PR. **Balço Socioambiental 2015:** Influenciando na formação das competências e das habilidades dos profissionais da contabilidade. Disponível em:
http://www.crcpr.org.br/new/content/portal/transparencia/arquivos/demonstracoes/2016_09_21_balanco_socioambiental_2015.pdf. Acesso em: 04 dez. 2016.

CRCRS. **Balço Social 2011. 2012.** Disponível em:
http://www3.cfc.org.br/spw/PortalDocumentos/CRCRS/_ArquivoPortalTransparencia_0765ad25-31cf-46c4-95f8-253bbcd34cd8.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCRS. **Balço Social 2012:** Ética, união e trabalho. 2013. Disponível em:
http://www3.cfc.org.br/spw/PortalDocumentos/CRCRS/_ArquivoPortalTransparencia_fe4591fe-8c9d-4ffe-97f5-2b6f63a853bb.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCRS. **Balço Socioambiental 2013:** Valorização e reconhecimento com ética. 2014. Disponível em:
http://www3.cfc.org.br/spw/PortalDocumentos/CRCRS/_ArquivoPortalTransparencia_106f8fb5-3406-400c-8435-75d70ee858af.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCRS. **Balço Socioambiental 2014:** Gestão com ética e transparência. 2015. Disponível em:
http://www3.cfc.org.br/spw/PortalDocumentos/CRCRS/_ArquivoPortalTransparencia_39f68ac6-ba0d-4298-ba63-e3cdb14fbef4.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCRS. **Balço Socioambiental 2015:** Compromisso com a ética e com a transparência. 2016. Disponível em:
http://www3.cfc.org.br/spw/PortalDocumentos/CRCRS/_ArquivoPortalTransparencia_893d_a7cb-84c0-4f1a-988f-363dfe5c339f.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCSC. **Balço Socioambiental 2011:** Semeando a responsabilidade social. 2012. Disponível em:

http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/BALANCOA_20120822113501Balanco_2011.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCSC. **Balanco Socioambiental 2012**: Estimulando a capacitação, fortalecendo a profissão. 2013. Disponível em:

http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/BALANCOA_20130523151923BS20Web.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCSC. **Balanco Socioambiental 2013**: Contabilidade: fortalecida pelo poder do conhecimento. 2014. Disponível em:

http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/BALANCOA_201404291606550020BALANCO20CRCSC20_Final20Completo1.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCSC. **Balanco Socioambiental 2014**: Conectados pela excelência profissional e social. 2015. Disponível em:

http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/BALANCOA_20150713124626BS20Finalizado.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRCSC. **Balanco Socioambiental 2015**: O reconhecimento do profissional da contabilidade e seu papel estratégico no desenvolvimento da sociedade. 2016. Disponível em:

http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/BALANCOA_20160511142104CRCsc20web20Site20Final.pdf. Acesso em: 19 nov. 2016.

CRC/SC. **Ética profissional**. Disponível em:

<http://www.crcsc.org.br/fiscalizacao/etica-profissional>. Acesso em 18 jun. 2016.

CRC/SC. **Histórico**. Disponível em:

<http://www.crcsc.org.br/institucional/historico#evolucao>. Acesso em: 10 set. 2016.

IBGE. **Estados: Paraná**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>. Acesso em: 19 nov. 2016.

IBGE. **Estados: Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>. Acesso em: 19 nov. 2016.

IBGE. **Estados: Santa Catarina**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em: 19 nov. 2016.

LEGAIS, Normas. **NBC PG 100**. Disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-pg-100.htm>. Acesso em: 04 dez. 2016.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Maria das Graças. **A ética na profissão contábil**. São Paulo: Thomson, 2006.